



1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

São Paulo é o maior município do Brasil, com aproximadamente 11,5 milhões de habitantes, maior economia do país (representando 9,8% do PIB do país em 2020) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) alto (0,805). Possui, no entanto, uma alta desigualdade social, com índice de Gini de 0,582 (PNADC, 2021), com forte expressão espacial: a idade média ao morrer varia de 58,3 a 80,9 entre os 96 distritos do município (Anexo 1, Fig. 1). A alta vulnerabilidade social é um desafio e gera pressão significativa na demanda por serviços sociais. Mais de um terço da população paulistana (4.146.132 pessoas) está inscrita no Cadastro Único, o que representa 4,3% da população brasileira em vulnerabilidade (MDS, mar/2023). A quantidade de famílias paulistanas no CadÚnico cresceu 43,3% desde o início da pandemia (Anexo I, Fig. 2), e o número de famílias no Bolsa Família subiu de 396.493 para 716.834 (aumento de 64,4%). O Índice de Capital Humano (ICH) do município é de 0,634, ou seja, uma criança paulistana alcança apenas 63% do seu potencial produtivo quando adulta.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

São Paulo possui a maior população em situação de rua no país: 31.884 pessoas, de acordo com dados do Censo Municipal da População em Situação de Rua realizado em 2021. De 2000 a 2021, a população em situação de rua no município teve crescimento médio anual de 5,1%, enquanto o aumento em período equivalente da população em geral foi de 1% ao ano. No período mais recente, de 2019 a 2021, chama atenção que a taxa de crescimento desse segmento populacional foi de 31%, enquanto a população em geral cresceu, no mesmo período, 1,2 %. Em São Paulo, o crescimento da população em situação de rua pós-pandemia em termos quantitativos foi acompanhado pela diversificação de seu perfil, com aumento da presença de famílias com crianças. Além disso, cerca de 1.594 indivíduos migrantes ou refugiados (Venezuela, Afeganistão, Haiti etc) vivem em abrigos públicos. Há, ainda, um crescente número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nas ruas. Segundo o Censo Municipal de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, realizado em 2022, mais de 2 mil crianças e jovens exercem alguma atividade econômica nas ruas.

GRUPOS ESPECÍFICOS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E DE DIFÍCIL PROVISÃO DE SERVIÇOS

São Paulo possui um grande e crescente contingente de outros grupos vulneráveis com risco de perda da moradia, rompimento de vínculos e exposição ao uso abusivo de álcool e outras drogas e que são de difícil provisão de serviços. Dentre os grupos, encontram-se migrantes de diversas nacionalidades, idosos e jovens vulneráveis, que necessitam de suporte para o acesso a direitos, a superação de vulnerabilidades e a entrada qualificada no mundo do trabalho. Para uma provisão equitativa a esses grupos, requer-se a adaptação e o fortalecimento da capacidade da rede socioassistencial em prover protocolos adaptados de identificação, atendimento e de encaminhamento a outros serviços públicos.

Além disso, são percebidos desafios crescentes para o atendimento de grupos em vulnerabilidade atingidos por situações de emergência e calamidade pública. No mês de janeiro de 2023, o número de pessoas atendidas em função de emergências decorrentes das chuvas de verão mais que dobrou em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A demanda por serviços sociais aumentou significativamente desde a pandemia, sem que o aumento na oferta de serviços se desse em igual proporção. A rede de assistência social conta com 54 CRAS, 32 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e 6 Centros Pop (Anexo I, Fig. 3). Essas unidades, além do atendimento à população, desempenham o papel de supervisão técnica da rede de serviços executados por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil, que hoje se constitui de mais de 1.300 parcerias. Os centros de referência operam em imóveis próprios do município e imóveis locados necessitando de reformas físicas urgentes e de modernização tecnológica para eficiência no atendimento à população.

SISTEMAS DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E GESTÃO

O Sistema dos Centros de Referência (SisCR) responsável pelo registro de todo o atendimento da rede direta, possui uma interface ineficiente e de difícil uso. O sistema de agendamento eletrônico para entrevista social, de difícil utilização e com recorrente instabilidade, configura-se também uma barreira de acesso ao CadÚnico. A proteção social básica e a proteção social especial de média complexidade não dispõem de sistema de informação que permita o registro do acompanhamento social de usuários. Não há sistema para prestação de contas e gestão das 1.300 parcerias, o que leva à falta de transparência e riscos operacionais.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA - RESULTADOS ESPERADOS - SUSTENTABILIDADE

A SOLUÇÃO PROPOSTA está estruturada em dois componentes: (i) expansão do acesso e qualificação do atendimento a populações com camadas sobrepostas de vulnerabilidade; e (ii) fortalecimento da rede de proteção social do município.

C1 Qualificação da oferta de serviços e benefícios para a população em vulnerabilidade e risco social



1.1. População em situação de rua:

- i. Identificação da população: Ampliação da capacidade de busca ativa e de acompanhamento das famílias em situação de rua.
- ii. Expansão da rede de acolhimento por meio de soluções inovadoras: Ampliação do número de Serviços de Moradia Transitória em Unidades Modulares, tendo em vista a promoção de saída qualificada da situação de rua.

1.2 Crianças e adolescentes em vulnerabilidade e risco social:

- i. Pacote de serviços e benefícios para crianças e adolescentes: programa de transferência de renda para viabilizar e incentivar a superação do trabalho infantil e desprotegido, combinado a pacote de serviços.

1.3 Grupos vulneráveis emergentes:

- i. Qualificação do atendimento à população migrante e refugiada: produção de diagnóstico sobre trajetória da pessoa migrante ou refugiada na rede socioassistencial e elaboração e implantação de protocolo para qualificação do atendimento;
- ii. Qualificação e diversificação das ofertas socioassistenciais a pessoas idosas: produção de diagnóstico sobre a vivência do idoso na cidade e apoio ao desenvolvimento de novos modelos de atendimento.
- iii. Qualificação do atendimento a populações vítimas de emergências e calamidades e execução de ações preventivas: aquisição de insumos e implantação de ciclo formativo que aumente a capacidade de atendimento a famílias que sofreram perdas e capacite trabalhadores para o desenvolvimento de planos preventivos nos territórios, abordando questões relativas a mudanças climáticas e cidadania.

C2 Fortalecimento da rede socioassistencial

2.1 Estrutura de provisão de serviços e benefícios:

- i. Melhoria da infraestrutura: Reforma e modernização de unidades do município por meio de: a) desenvolvimento de Plano de Requalificação de Imóveis, b) adequação de imóveis locados, c) reforma de imóveis próprios municipais, prevendo a modernização de estruturas, incluindo sistemas energético e hidráulico, com vistas à maior eficiência d) reposição e aquisição de mobiliário, e) elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação; f) aquisição de infraestrutura de Tecnologia da Informação e equipamentos audiovisuais.
- ii. Fortalecimento da capacidade organizacional: Aprimoramento da capacidade organizacional da rede por meio da estruturação de programa de formação continuada para profissionais da rede socioassistencial, contratação de consultores para desenvolvimento de cursos de capacitação assíncrona e implantação de estúdio.

2.2 Sistemas de gestão e monitoramento:

- i. Fortalecimento da vigilância socioassistencial: Desenvolvimento do Programa de Aprimoramento da Vigilância Socioassistencial com as seguintes iniciativas: a) desenvolvimento de Incubadora de Observatórios de Jovens; b) atualização do Atlas Socioassistencial; c) renovação e contratação de novas licenças; d) desenvolvimento de nova interface para sistemas; e) integração dos sistemas de informação das proteções sociais; f) contratação de estudo de avaliação dos serviços de SMADS pelos usuários; e g) realização de Conferência da Vigilância Socioassistencial.
- ii. Qualificação da gestão do atendimento para inserção no CadÚnico: Desenvolvimento de ferramenta de agendamento eletrônico e sistema de gestão de atendimento, com vista à ampliação do acesso a programas de transferência de renda e benefícios.
- iii. Aprimoramento da capacidade de gestão de parcerias: Reformulação de sistema de informação (SisORG), garantindo que a gestão de termos de colaboração, bem como a prestação de contas ocorra de forma informatizada.
- iv. Melhoria da gestão e monitoramento de programas

2.3 Gestão e monitoramento do Projeto e Assistência Técnica: Unidade de gestão do projeto e sistema de gestão e monitoramento

RESULTADOS ESPERADOS



(1)Redução da população em situação de rua; (2)Ampliação da oferta de moradia temporária para pessoas em situação de rua por meio de soluções inovadoras; (3)Redução da prevalência do trabalho infantil; (4)Redução da demanda relativa por acolhimento institucional a migrantes internacionais; (5)Redução relativa da institucionalização de pessoas idosas na rede socioassistencial; (6)Ampliação da eficiência e efetividade da atuação da Assistência Social na resposta a emergências e calamidades, bem como em ações preventivas; (7)Imóveis da rede socioassistencial adequados e modernizados; (8)Ampliação do alcance das ações de formação inicial e continuada dos profissionais da rede socioassistencial; (9)Fortalecimento da Vigilância Socioassistencial e do uso de dados e informações como subsídio para a atuação da SMADS , bem como para o controle social; (10)Ampliação da taxa de atualização cadastral do CadÚnico; (11)Melhoria da eficiência e da transparência na gestão de parcerias; (12)Melhoria da gestão e monitoramento dos programas.

Os resultados de 1 a 6 serão alcançados pelo componente C1: 1.1 - result. 1 e 2; 1.2 - resultado 3; 1.3 - result. 4 a 6. Os resultados 7 a 11 serão alcançados pelo componente C2: 2.1 - result. 7 e 8; 2.2 - result. 9 a 12.

SUSTENTABILIDADE DAS SOLUÇÕES

O desenho das ações deste projeto buscou qualificar o atendimento já realizado pela rede socioassistencial sem gerar pressão orçamentária adicional para seu custeio. Nos casos em que há ampliação da capacidade de atendimento, esta é decorrente da contrapartida do município. Em alguns casos, prevê-se que o sucesso das ações previstas no projeto contribua, inclusive, para a redução da pressão sobre a rede socioassistencial. Além disso, diversas ações contribuem para uma utilização mais eficiente dos recursos existentes, seja pela automatização de processos realizados de modo manual ou da melhoria da eficiência energética de imóveis, por exemplo. Dessa forma, espera-se que o projeto permita o direcionamento dos recursos da Pasta às suas atividades-fim. As ações que envolvem aquisição de insumos ou reforma de imóveis responderão ao passivo histórico da secretaria em ambos os aspectos. Espera-se que a resolução de problemas de infraestrutura agravados ao longo dos anos pela incapacidade financeira do órgão em respondê-los, combinada à aplicação de maior inteligência em contratações, reduza o custo de manutenção da infraestrutura, permitindo seu atendimento nos limites do orçamento anual da Pasta.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS - CONTRAPARTIDA - TAXA DE CÂMBIO ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

O Programa está relacionado ao Plano Plurianual (PPA) (2022-2025), em particular, aos eixos:

- SP Justa e Inclusiva especificamente aos programas 3023 (Proteção à população em situação de vulnerabilidade social), 3007 (Promoção dos direitos da população idosa) e 3006 (Promoção dos direitos da pessoa com deficiência);
- SP Segura e Bem Cuidada, especificamente ao programa 3013 (Promoção da segurança urbana, prevenção e proteção às vítimas de violência);
- SP Eficiente, especificamente aos programas 3011 (Modernização Tecnológica, Desburocratização e Inovação do Serviço Público) e 3024 (Suporte administrativo).

O Programa também foi elaborado de modo a garantir sua coerência e sinergia com o Plano Decenal de Assistência Social da Cidade de São Paulo e com o Plano Municipal de Assistência Social 2022-25. O Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador 2024-26, atualmente em construção, levará em conta a implantação das ações do programa.

CONTRAPARTIDA

A contrapartida do município é equivalente a US\$ 102.707.971,58, correspondendo a 43,8% do valor total do projeto e 77,9% do valor solicitado do agente externo. A contrapartida corresponde à operação, qualificação e expansão de programas e serviços necessários à efetividade das ações previstas no projeto, especificamente o Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), os Centros para Juventude (SCFV/CJ) e o contrato de entrevistadores sociais do CadÚnico.

Obs.: Devido à impossibilidade de ajuste da seção Financiamento > Fontes na janela de revisão do SIGS, os valores solicitados para o financiamento e para a contrapartida indicados naquela seção não conferem com aqueles indicados nas seções Componente e Cronogramas, os quais estão corretos.

TAXA DE CÂMBIO

R\$ 5,1713 (PTAX 05/10/2023 Venda)



2. Projeto

2.1. Título

Programa de Fortalecimento da Assistência Social e Qualificação do Atendimento a Indivíduos e Famílias em Vulnerabilidade e Risco Social no Município de São Paulo

2.2. Título Abreviado

Programa Qualifica SUAS SP

2.3. Mutuário

Município de São Paulo - SP

2.4. Tipo Operacao

Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO GERAL- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O objetivo geral do projeto é apoiar a integração socioeconômica de famílias em situação de risco social e outros grupos vulneráveis no Município de São Paulo.

O projeto possui dois objetivos específicos. O primeiro, a ser alcançado pelo componente 1, é qualificar a oferta de serviços e benefícios para grupos populacionais específicos em situação de vulnerabilidade e risco social. O segundo objetivo específico, a ser alcançado pelo componente 2, é fortalecer a rede de proteção social do município para qualificação e melhoria do atendimento a famílias vulneráveis. Isso inclui melhorias em sua infraestrutura física e de tecnologia da informação, gestão de dados e na gestão dos programas sociais.

2.6. Projeto/Indicadores

Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
(Resultado 1) Número de indivíduos em situação de rua desacolhidos	Indivíduos abordados pelo SEAS - Vagas de acolhimento ocupadas	Número (indivíduos)	10.757,00	6.500,00
(Resultado 2) Número de vagas ofertadas no Serviço de Moradia Transitória em Unidades Modulares	Contagem do número de vagas ofertadas	Número (vagas)	320,00	4.200,00
(Resultado 3) Número de crianças e adolescentes em trabalho infantil nas ruas	Contagem do número de crianças e adolescentes em trabalho infantil nas ruas	Número	3.473,00	1.000,00
(Resultado 4) Taxa de acolhimento institucional entre migrantes internacionais atendidos pela rede socioassistencial	(Número de migrantes internacionais em acolhimento institucional / Total de migrantes internacionais atendidos pela rede socioassistencial) x 100	Percentual (indivíduos)	33,80	20,00
(Resultado 5) Taxa de institucionalização de pessoas idosas atendidas pela rede socioassistencial	(Número de pessoas idosas atendidas ou em fila de espera para acolhimento institucional / Total de pessoas idosas atendidas de forma contínua pela rede socioassistencial) x 100	Percentual (indivíduos)	14,80	12,00



(Resultado 6) Taxa de atendimento a vítimas de emergências e calamidades	(Número de famílias atingidas por emergências e calamidades atingidas / Número de pessoas atingidas por emergências e calamidades que demandaram atendimento socioassistencial) x 100	Percentual (famílias)	100,00	100,00
(Resultado 7) Taxa de adequação de Supervisões de Assistência Social e centros de referência	(SAS e centros de referência modernizados conforme Plano de Requalificação / Total de SAS e centros de referência) x 100	Percentual (unidades)		100,00
(Resultado 7) Taxa de adequação de imóveis locados ou cedidos	(Imóveis locados ou cedidos adequados conforme Plano de Requalificação / Total de imóveis locados ou cedidos) x 100	Percentual (unidades)		100,00
(Resultado 8) Taxa de capacitação dos profissionais da rede socioassistencial	(Número de profissionais com ao menos 2 horas de capacitação realizadas nos 12 meses anteriores / Total de profissionais da rede socioassistencial) x 100	Percentual (profissionais)	21,40	80,00
(Resultado 9) Taxa de qualificação de sistemas de vigilância socioassistencial	(Sistemas de vigilância socioassistencial expandidos e qualificados para atendimento à demanda / Total de sistemas de vigilância socioassistencial existentes ou demandados) x 100	Percentual (sistemas)		100,00
(Resultado 10) Taxa de atualização cadastral do CadÚnico	(Número de famílias com renda até ½ salário-mínimo per capita com cadastros atualizados nos últimos 24 meses / Total de famílias no CadÚnico com renda até ½ salário-mínimo per capita) x 100	Percentual (famílias)	69,00	80,00
(Resultado 11) Taxa de parcerias geridas por meio de sistema eletrônico próprio	(Número de parcerias geridas por sistema eletrônico próprio / Total de parcerias)	Percentual (sistemas)		100,00



(Resultado 12) Taxa de execução de metas organizacionais	Média ponderada da taxa de execução das metas anuais pactuadas com a Secretaria do Governo Municipal, de acordo com seu peso pré-determinado	Percentual (metas)	86,60	100,00
--	--	--------------------	-------	--------

2.7. PROJETO/COMPONENTES-SUBCOMPONENTES-PRODUTOS

Componentes	Valor(US\$)
C - QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL	108.382.875,99
S - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	66.494.290,78
P - Identificação da população	59.787.786,42
P - Expansão da rede de acolhimento por meio de soluções inovadoras	6.706.504,36
S - CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL	36.400.603,46
P - Pacote de serviços e benefícios para crianças e adolescentes	36.400.603,46
S - GRUPOS VULNERÁVEIS EMERGENTES	5.487.981,75
P - Qualificação do atendimento à população imigrante e refugiada	60.332,99
P - Qualificação e diversificação das ofertas socioassistenciais a pessoas idosas	5.113.607,80
P - Qualificação do atendimento a populações vítimas de emergências e calamidades e execução de ações preventivas	314.040,96
C - FORTALECIMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	126.160.477,18
S - ESTRUTURA DE PROVISÃO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	89.699.928,62
P - Melhoria da infraestrutura	89.355.721,17
P - Ampliação de capacidade organizacional	344.207,45
S - SISTEMAS DE GESTÃO E MONITORAMENTO	36.249.383,09
P - Fortalecimento da vigilância socioassistencial	15.598.731,84
P - Qualificação da gestão do atendimento para inserção no CadÚnico	18.239.652,08
P - Aprimoramento da capacidade de gestão de parcerias	2.320.499,68
P - Melhoria da gestão e monitoramento de programas	90.499,49
S - GESTÃO DO PROJETO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	211.165,47
P - Gestão e Monitoramento do Projeto e Assistência Técnica	211.165,47

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Resumo dos Componentes:

C - QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL

Este componente engloba ações que objetivam a expansão de ofertas e do acesso de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e risco social a serviços e benefícios socioassistenciais, acolhendo suas demandas e necessidades específicas. As ações contemplam o atendimento a famílias em situação de rua a partir de metodologia inovadora; o desenvolvimento de programa para superação do trabalho infantil e desprotegido entre crianças e adolescentes e a qualificação do atendimento da população imigrante, idosa e ameaçada por emergências e calamidades pela rede socioassistencial. Espera-se que a partir desses produtos seja possível ampliar o acesso e qualificar a oferta de serviços, tendo em vista a superação das situações de risco social de cada grupo prioritário.

S - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Este subcomponente tem como objetivo ampliar e qualificar ações voltadas a população em situação de rua na Cidade de São Paulo, compreendendo que o aumento exponencial desse grupo populacional no município e a diversificação dos perfis que o compõe (com destaque para o aumento do número de famílias) enseja iniciativas inovadoras e em escala.

P - Identificação da população

Esta atividade tem como objetivo reestruturar e qualificar a atuação do Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS, responsável pela busca ativa de pessoas em situação de rua nos territórios. O intuito da qualificação é implantar equipes que atuem 24h nos territórios de maior incidência dessa população e reorganizar equipes, garantindo que nos territórios em que há maior presença de crianças e adolescentes em situação de rua, haja equipes específicas para o atendimento desse público.

P - Expansão da rede de acolhimento por meio de soluções inovadoras



Esta atividade tem como objetivo a expansão do número de Serviços Moradia Transitória em Unidades Modulares - Vila Reencontro. O Serviço é uma iniciativa inovadora, que provê moradia transitória para famílias em situação de rua (prioritariamente com crianças na primeira infância), por até 2 anos. Essa oferta tem inspiração no modelo Housing First e o trabalho desenvolvido tem como objetivo promover a autonomia dos grupos familiares e a construção de caminhos para saída qualificada da situação de rua, por meio do trabalho social e socioeducativo e da qualificação profissional e inclusão produtiva. A iniciativa permitirá a expansão do serviço, de modo a atender 1.050 grupos familiares, adicionalmente aos 80 hoje atendidos nessa modalidade de serviço, por meio da aquisição de mobiliários para as unidades modulares.

S - CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL

Este subcomponente tem como objetivo responder a realidade diagnosticada pelo município: a existência de 3.759 crianças e adolescentes, entre 0 e 17 anos e 11 meses, em situação de vulnerabilidade social, que usam as ruas como espaço de pernoite e/ou sobrevivência. A ação aqui proposta tem como enfoque, sobretudo, as crianças e adolescentes que têm atividades de trabalho irregular, o que extrapola o universo de crianças e adolescente em situação de rua identificado, englobando também o universo de trabalho infantil e desprotegido identificado pela rede socioassistencial cotidianamente.

P - Pacote de serviços e benefícios para crianças e adolescentes

Esta atividade corresponde à criação de programa de transferência de renda para viabilizar e incentivar a superação do trabalho infantil e desprotegido entre crianças e adolescentes (até 17 anos), combinado a um conjunto de ofertas voltadas à promoção da convivência e fortalecimento de vínculos, entrada qualificada e protegida no mundo do trabalho e construção de projeto de vida. A partir do acompanhamento já realizado pela rede de proteção social, serão selecionadas famílias cujas crianças e adolescentes encontrem-se em situação de trabalho infantil ou desprotegido. Um benefício pecuniário será concedido às famílias, em substituição à renda proveniente do trabalho infantil, mediante inclusão e comprovação de frequência das crianças e adolescentes em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, programa de qualificação profissional, aprendizagem ou emprego, de acordo com o permitido a cada faixa etária e com as necessidades e aspirações de cada beneficiário.

S - GRUPOS VULNERÁVEIS EMERGENTES

Este subcomponente conjuga uma série de ações que objetivam responder ao aumento de certos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social ou, ainda, ao aumento de situações de risco (como é o caso do aumento das situações de emergência e calamidade pública em razão das mudanças climáticas), por meio da produção de diagnósticos, capacitação de profissionais e desenho de soluções que potencializem a capacidade da rede socioassistencial de atender às suas necessidades específicas.

P - Qualificação do atendimento à população migrante e refugiada

Esta atividade tem como objetivo qualificar a atuação da rede socioassistencial sobre as demandas e necessidades particulares da população migrante, considerando o aumento expressivo dessa população na cidade de São Paulo. Propõe-se a contratação de consultoria especializada que possa, de forma articulada com o conjunto de trabalhadores da SMADS: a) produzir diagnóstico sobre a trajetória da pessoa migrante ou refugiada na rede socioassistencial b) desenvolver e implantar piloto de novo protocolo de atendimento dessa população nas unidades públicas e nos serviços da rede executada por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

P - Qualificação e diversificação das ofertas socioassistenciais a pessoas idosas

Esta atividade tem como objetivo promover inovação nas ofertas da rede socioassistencial voltadas a população idosa, considerando a tendência de envelhecimento populacional e consequente crescimento desse grupo de usuários, tendo em vista a superação e prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social. Nesse sentido, propõe-se a contratação de consultoria especializada que possa, de forma articulada com o conjunto de trabalhadores da SMADS: a) produzir diagnóstico sobre a vivência da pessoa idosa na cidade e nos serviços públicos b) apoiar o desenvolvimento de novos modelos de atendimento desta população na rede socioassistencial, na proteção social básica, média e/ou especial de alta complexidade.

P - Qualificação do atendimento a populações vítimas de emergências e calamidades e execução de ações preventivas

Esta atividade tem como objetivo a qualificação, por meio da aquisição de insumos e implantação de ciclo formativo, de novo serviço que está sendo implementado pela SMADS: o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, que promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamento provisório, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Diante de um cenário do aumento das situações de emergência em razão das mudanças climáticas, pretende-se com o novo serviço, não apenas ampliar a capacidade de atendimento nas situações emergenciais e pós-emergenciais, mas realizar trabalho permanente com os territórios da cidade, no sentido de educação ambiental e formação cidadã, estruturando planos preventivos.

C - FORTALECIMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Este componente tem como objetivo o fortalecimento da rede de proteção social, com vistas à garantia da plena execução das três funções da política socioassistencial: proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial

S - ESTRUTURA DE PROVISÃO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS



Este subcomponente conjuga uma série de ações que englobam a qualificação da estrutura física - melhorando a experiência dos usuários e condições de trabalho - das unidades estatais e serviços instalados em serviços locados pela SMADS, bem como a implantação de sistema de ensino a distância, com objetivo de aumentar a capacidade de formação continuada dos trabalhadores da rede socioassistencial.

P - Melhoria da infraestrutura

Este projeto consiste em reforma e modernização de unidades socioassistenciais por meio de: a) desenvolvimento de Plano de Requalificação de Imóveis; b) adequação de imóveis locados; c) reforma de imóveis próprios municipais; d) reposição e aquisição de mobiliários para unidades da rede direta; e) elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação; f) aquisição de infraestrutura de Tecnologia da Informação e equipamentos audiovisuais para unidades da rede direta municipal.

P - Ampliação de capacidade organizacional

Esta atividade tem como objetivo o aprimoramento da capacidade organizacional da rede socioassistencial por meio da estruturação da oferta de educação a distância, permitindo a ampliação da formação continuada e estruturação de novos ciclos formativos.

S - SISTEMAS DE GESTÃO E MONITORAMENTO

Este subcomponente engloba a execução de plano de qualificação da vigilância socioassistencial, abrangendo a qualificação de sistemas de monitoramento e avaliação; aprimoramento dos processos de gestão das parcerias com Organizações da Sociedade Civil, por meio do desenvolvimento de sistema de informação

P - Fortalecimento da vigilância socioassistencial

Esta atividade consiste em desenvolvimento de Programa de Aprimoramento da Vigilância Socioassistencial, contemplando as seguintes iniciativas: a) desenvolvimento de projeto piloto: Incubadora de Observatórios de Jovens; b) atualização do Atlas Socioassistencial do Município de São Paulo; c); renovação e contratação de novas licenças ARCGIS (para aprimoramento de sistemas de informação); d) implantação e requalificação dos sistemas eletrônicos em todas as tipologias de serviço e na rede direta e) contratação de estudo de avaliação dos serviços socioassistenciais pelos usuários; e f) realização de Conferência da Vigilância Socioassistencial.

P - Qualificação da gestão do atendimento para inserção no CadÚnico

Esta atividade consiste no desenvolvimento de ferramenta de agendamento eletrônico e sistema de gestão de atendimento para inserção e atualização do CadÚnico, com vista à ampliação do acesso a programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais a população em situação de vulnerabilidade e risco social.

P - Aprimoramento da capacidade de gestão de parcerias

Esta atividade tem como objetivo o aprimoramento da capacidade de gestão, monitoramento e fiscalização das parcerias entre a SMADS e Organizações da Sociedade Civil para execução de serviços socioassistenciais. Propõe-se o desenvolvimento de sistema de informação que facilite a gestão de termos de colaboração, permita a informatização dos relatórios periódicos de avaliação dos serviços pelos gestores de parceria e simplifique a prestação de contas.

P - Melhoria da gestão e monitoramento de programas

Consiste na capacitação de profissionais da rede socioassistencial em gestão, incluindo uma capacitação permanente em qualidade e gestão de dados, essencial para a melhoria da gestão e monitoramento dos programas da SMADS.

S - GESTÃO DO PROJETO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Este subcomponente prevê o apoio para gestão do projeto e prestação de assistência técnica para qualificação da gestão.

P - Gestão e Monitoramento do Projeto e Assistência Técnica

- Prestação de apoio à SMADS para a gestão do Projeto por meio, inter alia: (i) do fortalecimento de sua capacidade de aquisição, gestão financeira e normas ambientais e sociais; (ii) o desenvolvimento e implementação de um mecanismo de resolução de reclamações e um sistema de informação gerencial, em coordenação com a Controladoria-Geral; e (iii) a realização de atividades de comunicação e capacitação para apoiar as funções de gerenciamento do Projeto. Prevê também o desenvolvimento de um sistema geral de gestão e monitoramento do Projeto com o intuito de sistematizar e dar transparência para os processos de acompanhamento dos indicadores do projeto, assim como para gestão dos processos de contratação, de compras e licitações, e organização dos estudos e documentações produzidos no escopo do projeto.
- Prestação de assistência técnica à SMADS para melhoria da gestão por meio, inter alia: (i) realização de estudos e levantamentos para subsidiar a implementação do Projeto; (ii) realização de revisões de processos antes do desenvolvimento dos sistemas de informação; (iii) apoio just-in-time, conforme necessário e conforme acordado com o Banco, incluindo assessoria na resolução de problemas junto à Procuradoria e equipes técnicas durante a implementação e atividades de troca de conhecimento; e (iv) realização de atividades de comunicação e capacitação.

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



Hoje, a cidade de São Paulo dispõe de uma rede de acolhimento socioassistencial com mais de 19.000 vagas voltadas à população em situação de rua. São ofertadas vagas em diversos tipos de serviços que buscam atender à diversidade de perfis das pessoas nessa situação, como por exemplo: homens sozinhos, mulheres sozinhas, mulheres com filhos, famílias, idosos, população transgênero, etc.

Em que pese esforço constante de expansão, dados do Censo da População em Situação de Rua, realizado em 2021, aponta para aumento de 31% dessa população com relação a 2019, e maior prevalência das pessoas não acolhidas, isto é, pernoitando nas ruas (cerca de 60%).

Diante desse desafio, em 2022 é criado o Programa Reencontro. O Programa é uma iniciativa intersecretarial, instituído pelo Decreto nº 62.149/2023, no âmbito da Política Municipal para a População em Situação de Rua, Lei nº 17.252/2019, e consiste em um conjunto de ações voltadas à população em situação de rua, com o objetivo de garantir proteção social e promover a saída qualificada da situação de rua, a partir da oferta de diferentes estratégias de promoção de direitos, com enfoque no acesso à moradia e na inclusão produtiva.

O Programa é estruturado em três Eixos Estratégicos: Conexão, Cuidado e Oportunidade.

O Eixo Conexão tem como objetivo principal apoiar o refazimento e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de rua. As ações são focadas nos atendimentos realizados nos logradouros públicos, por isso, outro objetivo do Eixo Conexão é qualificar e integrar o trabalho dos diversos agentes dos serviços e políticas públicas que atuam nos logradouros públicos atendendo a população em situação de rua.

O Eixo Cuidado compreende a gestão integrada do atendimento à população em situação de rua nas áreas de habitação, assistência e desenvolvimento social, direitos humanos e cidadania, saúde, trabalho e renda, educação, segurança alimentar e nutricional, cultura, esportes e lazer. O Programa Reencontro consolida, neste eixo, a priorização do acesso à moradia no âmbito da Política Municipal para a População em Situação de Rua, por meio da oferta de diferentes modalidades de atendimento habitacional.

O Eixo Oportunidade compreende a criação de alternativas de inclusão produtiva e geração de renda, com o objetivo de garantir autonomia à população em situação de rua.

No âmbito das ações da SMADS, foi implementado em 2023, inspirado pelo modelo Housing First, o Serviço de Moradia Transitória em Unidades Modulares - Vila Reencontro. O Serviço oferta moradia transitória para famílias, prioritariamente com crianças na primeira infância, em unidade que respeita a privacidade do núcleo familiar. O objetivo do serviço é realizar trabalho social intensivo, fortemente articulado com a política de desenvolvimento econômico e trabalho, de modo a promover a reconstrução de autonomia, fortalecimento de vínculos, inclusão produtiva e, consequentemente, a construção de caminhos para saída qualificada da situação de rua.

Hoje estão implementadas duas unidades da Vila, com 320 vagas. A SMADS já realizou a aquisição de 1.050 novos módulos e precisa adquirir mobiliário para realizar a expansão dessa rede de serviços inovadores.

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

O município de São Paulo, devido à alta incidência de trabalho infantil em números absolutos, faz parte dos municípios prioritários para a implementação das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). A SMADS é o órgão responsável pela coordenação do Peti, sendo também coordenadora da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI), instância de caráter consultivo, propositivo e de articulação entre diversos órgãos públicos e organizações da sociedade civil. O município possui um Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador, aprovado em 2016, e atualmente está elaborando um novo plano, com vigência de três anos (2024-26), tendo como visão a erradicação do trabalho infantil na cidade de São Paulo até 2030.

Entre as ações de identificação, destaca-se a realização do Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, em 2022. A pesquisa mostrou que o trabalho infantil é a principal forma de risco social de crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo, correspondendo a cerca de 2.000 crianças e adolescentes. As atividades mais comumente realizadas por crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo são a mendicância e a venda de produtos lícitos. Atualmente, a SMADS está realizando, por meio de parceria com a UNESCO, um diagnóstico mais abrangente sobre trabalho infantil no município, incluindo situações não identificadas pelo Censo, em especial o trabalho infantil doméstico.

A resposta a situações de trabalho infantil pela rede socioassistencial baseia-se nas estratégias previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), quais sejam: 1. O acompanhamento social pelo Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) por meio de seus 32 CREAS e, quando aplicável, 6 Centros Pop; 2. A promoção do acesso a programas de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família; 3. O atendimento prioritário em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que atenda crianças e adolescentes, em suas diversas modalidades (totalizando cerca de 90 mil vagas). As diretrizes para o atendimento a situações de trabalho infantil, incluindo protocolos para a articulação intersetorial e interterritorial, são estabelecidas pelas Orientações Técnicas do Peti no Município de São Paulo, documento produzido pela SMADS com o apoio da CMETI e lançado em julho de 2023.



A SMADS também é responsável pelo Programa Cidade Protetora, iniciativa voltada a engajar empresas privadas no enfrentamento do trabalho infantil e proteção integral de crianças e adolescentes nos espaços por elas administrados (shopping centers, hipermercados, rodoviárias, entre outros), em articulação com a rede socioassistencial.

Por fim, a Prefeitura de São Paulo diversas campanhas para o enfrentamento do trabalho infantil, com destaque para eventos críticos, como o Carnaval, a Virada Cultural e a Semana de Finados. As campanhas buscam sensibilizar a população sobre os malefícios do trabalho infantil e divulgar o canal para solicitação de atendimento social a crianças e adolescentes, via SEAS, pela Central SP156.

Dessa forma, o município tem avançado significativamente na melhor compreensão da dinâmica do trabalho infantil em seu território, bem como aprendido por meio de diversas parcerias institucionais voltadas a garantir maior sinergia e resolutividade na resposta a esse fenômeno.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Nos últimos anos, a SMADS tem realizado modernização e qualificação nas ferramentas de coleta, armazenamento e análise de dados referentes a execução dos serviços socioassistenciais. Foram realizadas melhorias no Sistema de Informação do Atendimento ao Usuário (SISA), além da qualificação da coleta de dados sobre o atendimento na rede de proteção social especial de alta complexidade, por meio de diversas capacitações dos operadores de sistemas e implementação da ferramenta Power BI para monitoramento da rede. Recentemente, foram adquiridos tablets, para que os operadores de sistemas, sobretudo aqueles que trabalham na abordagem social de rua, possam inserir dados em tempo real.

Contudo, ainda são percebidos desafios importantes com relação a inserção da proteção social de média complexidade e proteção social básica em sistemas de informação. Atualmente, dados produzidos nos serviços desses níveis de proteção são coletados por meio de formulário online. A qualificação do Sistema de Informação dos Centros de Referência (SISCR) constitui outra urgência, para que seja possível o devido monitoramento não apenas da rede de serviços executados por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil, mas produção de informação sobre o atendimento nas unidades que coordenam a proteção social nos territórios. A integração entre sistemas é outro desafio premente.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO IDOSA

A Cidade de São Paulo conta com uma Política Municipal do Idoso, instituída por lei, desde o ano de 2005. As competências da SMADS, conforme dispostas na legislação, são: a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, com a participação da família, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais; b) estimular a criação de alternativas para atendimento ao idoso, como centros de convívio e de saúde especializados, formados por equipes multidisciplinares; c) destinar ao idoso unidades em regime de comodato, na modalidade de casas-lares; d) incentivar locais alternativos de moradia, como repúblicas; e) promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso; f) promover simpósios, seminários e encontros específicos sobre o tema; g) planejar, coordenar e supervisionar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso; h) desenvolver mecanismos que impeçam a discriminação do idoso no mercado de trabalho do setor privado; i) estimular programas de preparação para aposentadoria no setor público e privado; j) oferecer benefícios eventuais ou continuados que cubram vulnerabilidade.

Atualmente, a rede socioassistencial conta com rede de proteção social especial de alta complexidade, conta com diversas tipologias de serviços que atendem 3.483 idosos, dentre as quais 3 são voltadas exclusivamente para este público. Já a rede de proteção social básica e proteção social especial de média complexidade conta com três tipos de serviços específicos para essa população, atendendo em torno de 25.000 idosos por mês.

A tendência de envelhecimento populacional na Cidade impõe, contudo, novos desafios. Compreende-se como necessária a expansão da rede de proteção social existente, mas, também o aprimoramento da compreensão sobre as especificidades desse público e desenho de novas ofertas que atendam às suas necessidades.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO IMIGRANTE

No ano de 2016, foi regulamentada a Lei que institui a Política Municipal para População Imigrante, bem como o Conselho Municipal dos Imigrantes.

Dentre as competências da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, estão:

I - proceder à inserção das famílias imigrantes em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único do Sistema Único de Assistência Social do Governo Federal (CadÚnico); II - assegurar que a rede de atendimento em assistência social do Município de São Paulo atenda à população imigrante, considerando suas especificidades.

Com relação especificamente sobre a oferta de acolhimento socioassistencial é previsto:



I - ofertar serviços específicos para esta população, independentemente da situação migratória e documental, conforme o artigo 4º, inciso II, da Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997; II - assegurar atenção ao princípio da reunião familiar no atendimento nas casas de acolhida, em conformidade com o Estatuto da Criança e Adolescente, bem como o respeito à diversidade cultural e religiosa; III - instituir processo participativo de supervisão da gestão dos centros de acolhida, com a inclusão de imigrantes; IV - garantir que as casas de acolhida atuem na construção da autonomia dos usuários e em sua inclusão social, de forma articulada com o CRAI e demais instâncias públicas e privadas atuantes na área.

Com relação a oferta atual de acolhimento institucional, cabe destacar que na alguns serviços se tornaram referência para o atendimento de imigrantes e refugiados. Não são serviços específicos, mas são aqueles em que há maior encaminhamento dessa população e, como consequência, equipes que se especializam nas questões concernentes às suas demandas. Hoje a rede de acolhimento socioassistencial acolhe 2.055 pessoas imigrantes, 60% do gênero masculino e 40% do feminino, majoritariamente de 25 a 40 anos. A experiência acumulada pelo município no acolhimento a migrantes internacionais motivou a criação de uma nova tipologia para o atendimento a esse público: a Casa de Passagem para Imigrantes, atualmente aguardando aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social. Com ela, busca-se garantir o acolhimento inicial de famílias recém-chegadas no país, mas fortalecer o trabalho voltado à conquista de sua autonomia em seu novo lugar de moradia, reduzindo a dependência de acolhimento institucional de longo prazo.

Até o momento, entretanto, não há ainda serviço de acolhimento específico para população imigrante e não foi desenvolvido, até o presente momento, protocolo que padronize e qualifique o atendimento da pessoa imigrante na rede socioassistencial, considerando suas especificidades.

ATENDIMENTO A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA

A rede socioassistencial desempenha, atualmente, importante papel no atendimento a indivíduos e famílias atingidos por situações de calamidade e emergências. De forma coordenada com a Defesa Civil, os servidores das Supervisões de Assistência Social e dos Centros de Referência (CRAS e CREAS) realizam atendimentos aos atingidos por enchentes, incêndios, desabamentos, etc. A atuação do pronto atendimento social consiste na reparação dos danos sofridos, junto às famílias, seja a partir do encaminhamento para acolhimento, distribuição de insumos ou articulação com outras políticas públicas para atendimento de demandas.

Está em processo de regulamentação pela Secretaria o novo Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências que, de forma articulada com as unidades estatais, permitirá a ampliação e qualificação do atendimento a esse tipo de situação.

Diante de um cenário do aumento das situações de emergência em razão das mudanças climáticas, pretende-se com o novo serviço, não apenas ampliar a capacidade de atendimento nas situações emergenciais e pós-emergenciais, mas realizar trabalho permanente com os territórios da cidade, no sentido de educação ambiental e formação cidadã, estruturando planos preventivos.

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: /Municipal

MUNICIPIO DE SAO PAULO (SP)

2.10. PROJETO/CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA OPERAÇÃO

(i) CONDIÇÕES FINANCEIRAS

A fonte de financiamento para o Programa Qualifica SUAS SP será o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD-Banco Mundial), com o valor estimado de US\$ 149.205.326,97 (cento e quarenta e nove milhões, duzentos e cinco mil, trezentos e vinte e seis dólares americanos e noventa e sete centavos), acrescidos de US\$ 110.652.861,13 (cento e dez milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e um dólares americanos e treze centavos) de contrapartida financeira do município, totalizando US\$ 259.858.188,10 (duzentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e oitenta e oito dólares americanos e dez centavos). O instrumento de empréstimo proposto é Investment Project Financing (IPF).

Os desembolsos do componente 1 e dos subcomponentes 2.1 e 2.2 estarão vinculados às metas dos programas e ações apoiadas acordadas entre Banco Mundial e a Prefeitura do Município de São Paulo por meio de indicadores de performance (PBCs). Para o componente de assistência técnica (componentes 2.3) serão utilizadas a política de aquisições, gestão financeira e salvaguardas ambientais e sociais do Banco Mundial. Todos os recursos serão desembolsados diretamente para o Tesouro Municipal.

Os termos financeiros do Banco Mundial são muito flexíveis e permitem ao mutuário ajustá-los à sua estratégia de endividamento e às necessidades do Projeto. Os termos gerais são:



● Custo:

- o Taxa de juros: taxa de referência + margem variável (atualmente em 0,74%);
- o Taxa de referência: SOFR (USD)
- o Comissão inicial de 0.25% e comissão de compromisso de 0.25% a.a. sobre o saldo não desembolsado.
- o Prazo de amortização: 156 meses
- o Prazo total: 216 meses
- o Período de carência: 60 meses

Outras considerações:

o Uma sobretaxa de exposição ao país (SBL surcharge) de 50 pontos básicos (0.5%) se aplica quando a exposição total do Banco Mundial ao Brasil (considerando todos os empréstimos em vigor) exceder o chamado "SBL surcharge threshold", fixado nesse ano fiscal em 18,7 bilhões de dólares para o Brasil. A comissão se aplica somente ao montante que exceda a exposição e é calculada de modo pro-rata. Esse conceito foi introduzido em 2014 e o Brasil tem por política nunca ultrapassar esse limite.

o Condições vigentes para o segundo trimestre de 2023. A margem variável é calculada trimestralmente e pode ser consultada em: <https://treasury.worldbank.org/en/about/unit/treasury/ibrd-financial-products/lending-rates-and-fees>.

(ii) necessidade de financiamento externo e a opção pelo agente financeiro:

A escolha do Município de São Paulo pelo financiamento externo se deu por conta de dois motivos principais: menor custo financeiro envolvido e expertise do Banco Mundial na área.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, tendo em vista que esse empréstimo não possui caráter de urgência, poderíamos aguardar a aprovação e todo trâmite de operacionalização que um financiamento externo requer, pois esse apresenta as menores taxas de juros do mercado nacional e internacional: internamente os bancos comerciais nacionais não estão financiando os entes nacionais, tendo em vista a o baixo custo ofertado pela tabela de custo máximo do governo federal para empréstimos com garantia da União; e os bancos nacionais públicos que ofertariam o empréstimos dentro da tabela de custo máximo da união, ainda são mais caros que os organismos multilaterais (as taxas dos bancos públicos nacionais estão variando de 111% a 117% do CDI a.a., enquanto que as dos Bancos internacionais está em torno de SOFR e um spread entre 0,74% e 1,26%a.a, e ainda se considerarmos que temos a expectativa de queda da taxa de câmbio, projetada pelo boletim focus, para quando findar a carência desse contrato, as taxas internacionais se tornam ainda mais atrativas). A escolha pelo Banco Mundial em detrimento a outros organismos multilaterais se dá principalmente pelo fato de apresentar os menores custos financeiros se comparado com BID, CAF e NDB.

No que diz respeito ao segundo aspecto, tratar-se de um dos maiores organismos multilaterais mundiais com fontes de financiamento e conhecimento para os países em desenvolvimento, capaz de sugerir soluções inovadoras e que funcionaram em contextos similares, tendo em vista que financiam programas semelhantes nas mais diversas localidades do mundo, que apresentam desafios até maiores que o brasileiro. Essa troca de conhecimento com o Banco Mundial é fundamental para ser entregue um projeto de extrema qualidade.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

(i) ÁREAS ESTRATÉGICAS E IMPACTOS DO PROJETO (AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS):

- Promoção da sustentabilidade ambiental, incluindo ações de adaptação e mitigação: As ações contemplam essa questão, na medida em que pretendem ampliar a capacidade de atendimento a famílias que sofreram perdas em função de eventos climáticos extremos e outras situações de calamidade e emergência e capacite trabalhadores da rede socioassistencial para o desenvolvimento de planos preventivos nos territórios, abordando questões relativas a mudanças climáticas, educação ambiental e cidadania.

- Eficiência energética, geração e/ou uso de energia de fontes renováveis: As ações propostas contemplam indiretamente esse aspecto, na medida em que incluem a reforma de imóveis próprios municipais, prevendo a modernização de estruturas, incluindo sistemas energético e hidráulico, com vistas à maior eficiência.



- Implantação e/ou ampliação de ações de saneamento básico: As ações propostas não contemplam esse programa.
- Gestão integrada de recursos hídricos, incluindo segurança hídrica e/ou conservação de solos e nascentes: As ações contemplam indiretamente essa questão, na medida em que pretendem a ampliação da capacidade de atendimento a famílias que sofreram perdas em função de enchentes, incêndios, desabamentos e outras situações e capacitação de trabalhadores da rede socioassistencial para o desenvolvimento de planos preventivos nos territórios, abordando questões relativas a mudanças climáticas, educação ambiental e cidadania.
- Conservação e manejo da biodiversidade e/ou de recursos florestais: As ações propostas não contemplam esse programa diretamente.
- Melhoria do ambiente de negócios e/ou oportunidades: As ações propostas contemplam esse componente indiretamente, uma vez que, em consonância com a legislação nacional e com o Decreto Municipal nº 56.475/2015, será dado tratamento especial às micro e pequenas empresas em licitações, garantindo o uso do poder de compra do Estado no fomento a pequenos empreendedores e democratizando seu acesso a compras públicas.
- Benefícios para empreendedores individuais, micro e pequenas empresas: As ações propostas contemplam indiretamente esse componente. Muitas famílias vulneráveis com filhos em situação de trabalho infantil possuem pequenos negócios ou atividades informais. A transferência regular de renda para crianças e jovens poderá ajudar suas famílias a realizar investimentos para aumento da produtividade/renda dessas atividades, sem a necessidade de a criança estar na rua. Além disso, conforme indicado no item 1.6, será usado o poder de compra do Estado no fomento a micro e pequenas empresas, nos termos da legislação municipal e federal.
- Geração de emprego e renda para populações de baixa renda e vulneráveis: As ações propostas contemplam diretamente esse componente, uma vez que permitirão a ampliação de serviço que tem como objetivo a oferta de moradia transitória e promoção de autonomia por meio da inclusão produtiva de famílias em situação de rua, bem como implementação de programa de transferência de renda para viabilizar e incentivar a superação do trabalho infantil e desprotegido entre crianças e adolescentes.
- Infraestrutura e/ou equipamentos sociais para populações de baixa renda e vulneráveis: As ações propostas contemplam diretamente esse componente, uma vez que englobam a qualificação da estrutura física e de TI de diversos equipamentos da rede proteção social, que atendem a população em situação de risco e vulnerabilidade social.
- Ações de inclusão de minorias sociais entre os beneficiários: As ações propostas nesse programa contemplam diretamente esse componente, uma vez que minorias sociais são o público-alvo do Programa, com destaque para a população em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, idosos e imigrantes em situação de vulnerabilidades.
- Políticas voltadas para juventude, gênero e raça: As ações propostas nesse programa contemplam diretamente esse componente. A juventude é o público-alvo do subcomponente que consiste em programa de transferência de renda para viabilizar e incentivar a superação do trabalho infantil e desprotegido entre crianças e adolescentes.
- Melhoria e/ou inovação em processos de prestação de serviços públicos, de gestão e/ou de participação cidadã: A qualificação da gestão é contemplada, sobretudo, por subcomponente que prevê o aprimoramento da capacidade de gestão, monitoramento e fiscalização das parcerias que a SMADS tem com Organizações da Sociedade Civil para execução de serviços socioassistenciais.
- Melhoria das condições de educação e saúde: As ações propostas contemplam esse componente, partindo de um conceito ampliado de saúde e reconhecendo seus determinantes sociais, a garantia de proteção social por meio da qualificação e ampliação da rede socioassistencial é fundamental para promoção em saúde e prevenção de agravos. Além disso, o programa de transferência de renda proposto, tem como objetivo garantir a permanência de crianças e adolescentes vulneráveis ao trabalho infantil e desprotegido na rede de ensino.
- Desenvolvimento, inovação e modernização tecnológica: As ações propostas contemplam diretamente essa questão, sobretudo por meio do subcomponente ?melhoria de infraestrutura?, que engloba elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação; aquisição de infraestrutura de Tecnologia da Informação e equipamentos audiovisuais para unidades da rede direta municipal.



- Arranjos de financiamento que incentivem/contribuem com a participação privada: As ações propostas contemplam diretamente esse componente, sobretudo por meio do sistema de mais de 1300 parcerias que operam a prestação dos diversos serviços socioassistenciais no município, bem como nas diversas contratações de empresas para a execução de ações como melhoria de infraestrutura, aquisição de bens e pagamento de benefícios.

ii) POPULAÇÃO BENEFICIADA

Ao todo, cerca de 4 milhões de indivíduos que vivem em São Paulo serão beneficiados pelo Programa, considerando que essa população é aquela inserida hoje no CadÚnico e, portanto, está em situação de vulnerabilidade e/ou risco social na cidade, constituindo público-alvo da Política de Assistência Social. As atividades voltadas a grupos específicos em situação de vulnerabilidade e risco social contemplarão cerca de 1.050 famílias em situação de rua, 19.000 pessoas em situação de rua que pernoitam nas ruas, 2.000 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil ou desprotegido e 5 mil idosos em situação de vulnerabilidade social. Já as ações de fortalecimento da rede de proteção social, por meio da qualificação dos CRAS, CREAS e Centros Pop impactarão diretamente 493 mil pessoas atendidas presencialmente pela rede de assistência social e cadastradas no Cadastro Único, e as centenas de milhares que recebem benefícios e serviços de programas municipais socioassistenciais pelo município.

A análise das ações do Programa Qualifica SUAS SP vis-à-vis as categorias analíticas presentes no item 4 [Áreas Estratégicas e impactos do projeto] do Anexo da Resolução COFIEX no 17/2021 indica que o programa apresenta alta compatibilidade com o perfil de análise da Comissão. Mais especificamente, é possível afirmar que o programa contempla diretamente 9 (nove) e indiretamente 4 (quatro) das 15 (quinze) áreas estratégicas listadas dos quinze itens ambientais, sociais e econômicos listados, resultando numa pontuação de 1,734 (Anexo 3 (Quadro de Autoavaliação))

iii) A população em situação de vulnerabilidade e/ou risco social é contemplada por todas as ações do Programa. Há um conjunto de ações específicas que tem como público alvo a população em situação de rua e crianças e adolescentes em situação de risco social

2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda do Financiamento: Dólar

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	BIRD	US\$	149.205.326,97	1,00	149.205.326,97
Fontes Internas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Contrapartida Financeira	CF	US\$	110.652.861,13	1,00	110.652.861,13
Total:			259.858.188,10		259.858.188,10

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo deve vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Concordo



4. Execução

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL- MATRIZ DE RESPONSABILIDADE- ARRANJO OPERACIONAL

O Programa Qualifica SUAS SP envolverá: (i) a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), enquanto executora do programa, e (ii) a Secretaria Municipal da Fazenda, (iii) a Controladoria Geral do Município e (iv) a Casa Civil, enquanto órgãos envolvidos no âmbito de suas respectivas atribuições institucionais.

O Programa Qualifica SUAS SP será coordenado pela SMADS e a execução técnica ficará a cargo das seguintes áreas:

- Assessoria Técnica (AT): Coordenação geral do programa, compreendendo sobretudo as ações previstas no subcomponente 2.3 Gestão do projeto e assistência técnica;
- Coordenação de Engenharia e Manutenção (CEM): Ações para a adequação e reforma de imóveis (itens a, b e c do projeto 2.1.1);
- Coordenação de Gestão de Benefícios (CGB): Qualificação da gestão do atendimento do Cadastro Único (projeto 2.2.2);
- Coordenação de Gestão de Parcerias (CGPAR): Aprimoramento da capacidade de gestão, monitoramento e fiscalização de parcerias (projeto 2.2.3);
- Coordenação de Proteção Social Básica (CPSB): Qualificação do atendimento à população migrante e refugiada, a pessoas idosas e a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos serviços da Proteção Social Básica (projetos 1.2.1, 1.3.1 e 1.3.2);
- Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE): Qualificação da identificação e atendimento à população em situação de rua pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) (projeto 1.1.1) e do atendimento à população migrante e refugiada, a pessoas idosas e a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no âmbito dos centros de referência e serviços da Proteção Social Especial (projetos 1.2.1, 1.3.1 e 1.3.2);
- Coordenação de Suprimentos, Contratos e Logística (CSCL): Aquisição de mobiliário e infraestrutura (itens d e f do projeto 2.1.1) e contratações e, enquanto área de suporte, aquisições relacionadas ao projeto de modo geral;
- Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC): Elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e coordenação da aquisição de infraestrutura e equipamentos para a rede socioassistencial (itens e e f do projeto 2.1.1);
- Coordenação de Vigilância Socioassistencial (COVS): Fortalecimento da vigilância socioassistencial (projeto 2.2.1);
- Coordenação de Pronto Atendimento Social (CPAS): Qualificação do atendimento a populações vítimas de emergências e calamidades e execução de ações preventivas (projeto 1.3.3);
- Espaço Público do Aprender Social (ESPASO): Ampliação da capacidade organizacional da rede socioassistencial por meio da ampliação, qualificação e diversificação das ofertas de capacitação a seus profissionais (projeto 2.1.2);
- Núcleo de Desenvolvimento Social (NDS): Expansão rede de acolhimento por meio de soluções inovadoras (projeto 1.1.2).

Também serão envolvidas no projeto, enquanto área de suporte, a Assessoria de Comunicação Social (ACS) e a Coordenação de Orçamento e Finanças (COF). Por fim, as ações que exigirem a articulação entre diversas áreas técnicas, notadamente os subcomponentes 1.2 e 1.3) serão coordenadas pela Coordenadoria de Gestão do SUAS (GSUAS).

A responsabilidade de planejamento, execução, celeridade e monitoramento das atividades do projeto será da Unidade de Gestão do Projeto (UGP). A UGP será a principal interlocutora do Programa Qualifica SUAS SP com o Banco Mundial, e será composta por técnicos de diferentes áreas de gestão com dedicação exclusiva. A Unidade Gestora de Projeto será vinculada à Assessoria Técnica da SMADS.



A contratação da UGP passará por uma avaliação da equipe da gestão de projetos internacionais. Será estudado se o projeto poderá fortalecer a capacidade de unidades gestoras já existentes contratando profissionais para as áreas de monitoramento financeiro, avaliação e contratos. Devido ao caráter descentralizado das atividades, serão contratados ou alocados: (i) um coordenador das atividades voltadas à população em situação de rua, crianças e adolescentes em risco social e outros grupos vulneráveis emergentes, (ii) um coordenador das atividades de melhoria em infraestrutura física: um (iii) coordenador de sistemas de gestão.

Executor: Secretaria Municipal de Assistencia e Desenvolvimento Social - SMADS
Representante Oficial: Carlos Alberto de Quadros Bezerra Junior
Endereço da Sede: Rua Libero Badaró,425
Telefone: 1132919776
CNPJ: 60.269.453/0001-40

Fax:
UF: SP

Prazo de Desembolso: 5 Anos

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		TOTAL PLANEJADO
		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		
		CF	BIRD	CF	BIRD	CF	BIRD	CF	BIRD	CF	BIRD	



C - QUALIFICAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS PARA POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL	108.382.875,99	16.041.006,19	2.930.456,41	16.522.236,37	5.737.680,89	17.017.903,46	5.443.557,56	17.528.440,57	5.443.557,56	17.745.482,85	3.972.554,13	108.382.875,99
S - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	66.494.290,78	11.261.302,89	1.341.300,87	11.599.141,97	1.341.300,87	11.947.116,23	1.341.300,87	12.305.529,72	1.341.300,87	12.674.695,61	1.341.300,88	66.494.290,78
P - Identificação da população	59.787.786,42	11.261.302,89		11.599.141,97		11.947.116,23		12.305.529,72		12.674.695,61		59.787.786,42
P - Expansão da rede de acolhimento por meio de soluções inovadoras	6.706.504,36		1.341.300,87		1.341.300,87		1.341.300,87		1.341.300,87		1.341.300,88	6.706.504,36
S - CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL	36.400.603,46	4.779.703,30	1.416.665,06	4.923.094,40	2.833.330,11	5.070.787,23	2.833.330,11	5.222.910,85	2.833.330,11	5.070.787,24	1.416.665,05	36.400.603,46
P - Pacote de serviços e benefícios para crianças e adolescentes	36.400.603,46	4.779.703,30	1.416.665,06	4.923.094,40	2.833.330,11	5.070.787,23	2.833.330,11	5.222.910,85	2.833.330,11	5.070.787,24	1.416.665,05	36.400.603,46
S - GRUPOS VULNERÁVEIS EMERGENTES	5.487.981,75		172.490,48		1.563.049,91		1.268.926,58		1.268.926,58		1.214.588,20	5.487.981,75
P - Qualificação do atendimento à população imigrante e refugiada	60.332,99		30.166,50		30.166,49							60.332,99
P - Qualificação e diversificação das ofertas socioassistenciais a pessoas idosas	5.113.607,80		103.068,86		1.454.373,18		1.190.416,34		1.190.416,34		1.175.333,08	5.113.607,80
P - Qualificação do atendimento a populações vítimas de emergências e calamidades e execução de ações preventivas	314.040,96		39.255,12		78.510,24		78.510,24		78.510,24		39.255,12	314.040,96
C - FORTALECIMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	126.160.477,18	3.362.675,73	14.321.823,74	3.463.556,00	27.775.938,32	3.567.462,68	29.863.418,99	3.674.486,56	24.950.750,72	3.784.721,16	11.395.643,28	126.160.477,18
S - ESTRUTURA DE PROVISÃO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	89.699.928,62		11.019.628,08		21.731.153,77		25.966.208,54		21.980.628,24		9.002.309,99	89.699.928,62
P - Melhoria da infraestrutura	89.355.721,17		10.954.654,09		21.646.842,28		25.901.234,55		21.915.654,25		8.937.336,00	89.355.721,17
P - Ampliação de capacidade organizacional	344.207,45		64.973,99		84.311,49		64.973,99		64.973,99		64.973,99	344.207,45
S - SISTEMAS DE GESTÃO E MONITORAMENTO	36.249.383,09	3.362.675,73	3.259.962,57	3.463.556,00	6.002.551,46	3.567.462,68	3.854.977,36	3.674.486,56	2.927.889,39	3.784.721,16	2.351.100,18	36.249.383,09
P - Fortalecimento da vigilância socioassistencial	15.598.731,84		2.700.412,74		4.360.101,79		3.295.427,53		2.909.789,49		2.333.000,29	15.598.731,84
P - Qualificação da gestão do atendimento para inserção no CadÚnico	18.239.652,08	3.362.675,73	77.349,99	3.463.556,00	232.049,97	3.567.462,68	77.349,99	3.674.486,56		3.784.721,16		18.239.652,08
P - Aprimoramento da capacidade de gestão de parcerias	2.320.499,68		464.099,94		1.392.299,80		464.099,94					2.320.499,68
P - Melhoria da gestão e monitoramento de programas	90.499,49		18.099,90		18.099,90		18.099,90		18.099,90		18.099,89	90.499,49
S - GESTÃO DO PROJETO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	211.165,47		42.233,09		42.233,09		42.233,09		42.233,09		42.233,11	211.165,47
P - Gestão e Monitoramento do Projeto e Assistência Técnica	211.165,47		42.233,09		42.233,09		42.233,09		42.233,09		42.233,11	211.165,47

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).



5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

O Programa Qualifica SUAS SP atuará em políticas públicas consolidadas da assistência social (Sistema Único de Assistência Social - SUAS), não prevendo ônus adicionais resultantes de suas ações que possam afetar negativamente as instituições e órgãos participantes, nem o bem-estar da população alvo. Os atos diretamente ou indiretamente ligados às ações do Programa obedecerão aos ritos legais e administrativos já previstos no planejamento estratégico do Município e compatibilizados com as diretrizes das políticas públicas apoiadas.

No entanto, dois riscos operacionais podem ser listados, no que se referem a: (i) dificuldade legal de execução de adequações físicas em imóveis locados - para mitigar tal risco, o projeto irá se assegurar que que contratos de locação tenham prazos bastante longos, para assegurar que os benefícios do investimento serão plenamente aproveitados, e irá designar equipes específicas para cada etapa das reformas e adequações, a saber: análise dos contratos de aluguel ou cessão dos imóveis, planejamento das obras e acompanhamento da execução das reformas e adequações; (ii) eleições municipais em 2024 e possível mudança de prioridades na fase inicial de implementação do projeto: a política de assistência social é bastante sólida, e a maior parte deste Projeto fortalece a base do sistema de provisão dos serviços e benefícios do SUAS, programas estes que não têm sido significativamente alterados com mudanças de governo. Adicionalmente, o Programa em si é uma maneira de assegurar a continuidade de suas diversas atividades.

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

O Programa Qualifica SUAS SP prevê a contratação de empresas e/ou consultorias para desenvolvimento de diversos sistemas de gestão. Para tanto, o Município realizará os devidos processo de licitação, com créditos orçamentários já previstos e disponíveis. No entanto, riscos operacionais podem ser listados no que se refere à dificuldade de contratação de empresa ou empresas que consigam desenvolver concomitantemente os diversos sistemas no período de vigência do Projeto. Para mitigar este risco, são previstos como primeiros passos a licitação dos contratos, imediatamente ao início da implementação do Programa, para que haja tempo hábil de serem executados na sua vigência. Poderá também contratar empresas diferentes para execução dos diferentes sistemas, e não se limitado a empresas na cidade de São Paulo. O Programa poderá também escalonar as entregas, priorizando alguns sistemas para o curto prazo e desenvolvendo outros na segunda metade do projeto, se assim se provar mais benéfico.

Especificamente nos anos de 2024 e 2028, em que serão realizadas eleições municipais, há o risco de que a execução do projeto seja prejudicada temporariamente por restrições relacionadas à legislação eleitoral. Para mitigar esse risco, a SMADS adequará o cronograma do projeto para que essas restrições não prejudiquem de maneira significativa sua execução e criará planos de contingência caso eventuais atrasos sejam maximizados por esse motivo.

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

Não estão previstas desapropriações neste projeto. No âmbito do programa de expansão de acolhimento para a população em situação de rua (ex. Vilas Reencontro), a prefeitura tem-se utilizado de imóveis próprios que se encontravam em desuso, desocupados ou mesmo abandonados, buscando-se também uma maior eficiência na gestão do patrimônio público. Assim, no curto prazo, as áreas de instalação serão de propriedade do município, com situação fundiária regularizada e não requerendo, portanto, desapropriações. Eventuais riscos poderão ser identificados quando do decorrer da preparação do programa, caso, eventualmente, a necessária expansão de equipamentos de acolhimento venha a ocorrer em localidades sem imóveis próprios disponíveis.

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

Visto que o Programa Qualifica SUAS SP engloba a execução de reformas, identificam-se riscos ambientais provenientes da sua execução, bem como no descarte do material delas decorrentes. Por este motivo, no período de preparação do projeto, será acordado com o Banco Mundial as estratégias de acompanhamento, antecipação e mitigação de tais riscos ambientais.

5.5. RISCOS/IMPACTO SOCIAL

O Programa traz um componente inovador de atendimento a populações altamente vulneráveis, em risco social e que são geralmente de difícil alcance pela política pública: população de rua, crianças e jovens em situação de trabalho infantil nas ruas, imigrantes e população idosa. Há um risco social associado a uma percepção popular de que a prefeitura de São Paulo esteja desempenhando ações "higienistas" na cidade no que se refere à retirada da população das ruas. No início de 2023 houve manifestações populares a respeito, não se tratando, no entanto, das políticas de assistência social e de moradias da SMADS, mas sim, especificamente, das ações da zeladoria urbana do Município.

Como forma de mitigar algum risco social relacionado, o Programa adotará uma série de medidas: (i) trabalhará com uma intensa comunicação social, incluindo engajamento do cidadão e pesquisas com o público alvo específico; (ii) participará ativamente das reuniões do Subcomitê Permanente de Zeladoria Urbana, que é um órgão permanente atrelado ao Comitê Intersetorial da Política Municipal para População em Situação de Rua e cujo objetivo é acompanhar e fiscalizar a execução dos procedimentos das ações de zeladoria previstos por lei; (iii) elaborará estudos de diagnóstico, incluindo-se pesquisa de satisfação com beneficiários das Vilas Reencontro e de outros abrigos municipais, como fase inicial de desenvolvimento das atividades do componente 1 referentes à população de rua, trabalho infantil, migrantes e população idosa.



Outro risco existente é o de que a qualificação do atendimento decorrente do projeto motive um aumento da demanda por serviços socioassistenciais acima da capacidade de atendimento da rede municipal, potencialmente comprometendo os próprios ganhos de qualidade obtidos (ex.: o melhor atendimento a pessoas idosas passe a atrair um público que, anteriormente, não teria interesse nos serviços da assistência social ou que um melhor atendimento a migrantes aumente o fluxo de migrantes internacionais que teriam como destino outros municípios). Para minimizar esse risco, a SMADS deverá: i. Criar mecanismos que aprimorem a focalização dos benefícios e serviços existentes, de modo a garantir progressividade no uso dos recursos municipais e correta priorização do atendimento; ii. Desenvolver estratégias de comunicação voltadas ao público-alvo de cada iniciativa; iii. Dialogar, de forma contínua, com organizações da sociedade civil, outros entes federativos e órgãos do Sistema de Justiça para evitar geração de sobrecarga de demanda à rede socioassistencial do município.

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

5.7. RISCOS/INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MUTUÁRIO DEVERÃO SER ENCAMINHADAS DIRETAMENTE À STN

5.8. Execução/Contatos

CPF: 366.631.018-46 Nome: Luis Felipe Vidal Arellano Orgão: Secretaria Municipal da Fazenda Estado: Estado de São Paulo Endereço: CEP: 00000-000 Cargo: Secretário Municipal da Fazenda Telefone: 1128736021 Celular:	Município: MUNICIPIO DE SAO PAULO E-mail: larellano@sf.prefeitura.sp.gov.br Fax: Tipo: Titular
CPF: 105.523.348-20 Nome: Carlos Alberto de Quadros Bezerra Junior Orgão: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social Estado: Estado de São Paulo Endereço: Rua Líbero Badaró, 425 CEP: 01009-000 Cargo: Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Telefone: 1132919775 Celular:	Município: MUNICIPIO DE SAO PAULO E-mail: carlosbezerrajr@prefeitura.sp.gov.br Fax: Tipo: Substituto
CPF: 379.180.828-18 Nome: Leonardo Spicacci Campos Orgão: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Estado: Estado de São Paulo Endereço: Rua Líbero Badaró, 425 CEP: 01009-000 Cargo: Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental Telefone: 1132919771 Celular:	Município: MUNICIPIO DE SAO PAULO E-mail: lscampos@prefeitura.sp.gov.br Fax: Tipo: Técnico
CPF: 295.620.218-90 Nome: Gustavo Felício Ferreira Pinto Orgão: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Estado: Estado de São Paulo Endereço: Rua Líbero Badaró, 425 CEP: 01009-000 Cargo: Chefe da Assessoria Técnica Telefone: 1132919766 Celular:	Município: MUNICIPIO DE SAO PAULO E-mail: gustavofelicio@prefeitura.sp.gov.br Fax: Tipo: Técnico
CPF: 274.593.508-93 Nome: Denise Cristina Malerba Ruiz Gonçalves Orgão: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Estado: Estado de São Paulo Endereço: Rua Líbero Badaró, 425	Município: MUNICIPIO DE SAO PAULO



CEP: 01009-000
Cargo: Coordenador I
Telefone: 11- 3291-9670
Celular:

E-mail: dcmgoncalves@prefeitura.sp.gov.br
Fax:
Tipo: Técnico

CPF: 277.007.378-86
Nome: Maria dos Remédios Pereira Alencar Silva
Orgão: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Estado: Estado de São Paulo
Endereço: Rua Líbero Badaró, 425
CEP: 01009-000
Cargo: Assessor Técnico II
Telefone: 11-03291-9771
Celular:

Município: MUNICIPIO DE SAO PAULO
E-mail: mrpalencar@prefeitura.sp.gov.br
Fax:
Tipo: Técnico

CPF:
Nome: Enzo Lucio Onde
Orgão: Secretaria Municipal da Fazenda
Estado:
Endereço:
CEP: 00000-000
Cargo: Diretor Departamento Dívidas Públicas
Telefone: 1128737266
Celular:

Município:
E-mail: eondei@sf.prefeitura.sp.gov.br
Fax:
Tipo: Outros

CPF:
Nome: Henry Yoshinobu Yokoyama
Orgão: Secretaria Municipal da Fazenda
Estado:
Endereço:
CEP: 00000-000
Cargo: Diretor Captação Recursos
Telefone: 7250
Celular:

Município:
E-mail: hyokoyama@sf.prefeitura.sp.gov.br
Fax:
Tipo: Outros

CPF:
Nome: Gina Armelin Pagotto Bernardino
Orgão:
Estado: Estado de São Paulo
Endereço:
CEP: 00000-000
Cargo: Auditora Fiscal Tributário Municipal
Telefone: 1128737250
Celular:

Município:
E-mail: gpagotto@sf.prefeitura.sp.gov.br
Fax:
Tipo: Outros